



Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO
MUNICÍPIO, NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2014

N.º 01/2014

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.ª Secretária - Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário - António Júlio Alves Fernandes.-----

PRESENCAS: José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Alfredo Ribeiro Gouveia, Patrícia Alexandra Correia Fernandes, Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, Jóni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, João dos Santos Silva, Fernando José Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, José Paulo Barreira da Mota, António Júlio da Costa Almeida, Manuel Augusto Mesquita Pinto e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Adérito Ribeiro Silvério e Luís Filipe Teixeira Ribeiro. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve.-----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, José Manuel Moreira Lopes, Luís Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

OUTRAS PRESENCAS: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 horas. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da Sessão.-----



----- **1 – PERÍODO ANTES ORDEM DO DIA:** -----

----- **1.1** - Aprovação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2** – Leitura do expediente e prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- **1.3** – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **2.1** – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2** – Deliberar sobre formas de apoios pontuais às Freguesias (alínea j), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.3** - Autorizar a celebração de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão cumprimentando os Senhores Deputados e Executivo Municipal, cumprimentou, também, o público, registando a sua presença cada vez em maior número, o Senhor Chefe de Divisão, Dr. António Sequeira, a Excelentíssima Mesa e a colaboradora da autarquia que presta apoio às Sessões da Assembleia Municipal, Senhora Piedade Moreira, passando ao registo das presenças. -----

----- Foram aceites as justificações das faltas e admitidas as substituições dos Senhores Deputados: Adérito Ribeiro Silvério (PPD/PSD) e José Filipe da Silva Gonçalves (PPD/PSD), mediante pedido de suspensão de mandato, nos termos do preceituado nos artigos 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, por Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho (PPD/PSD) de acordo com o estabelecido no artigo e 79.º da referida Lei. -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão. -----



----- 1 – PERÍODO ANTES ORDEM DO DIA: -----

----- 1.1 – Aprovação da Ata da sessão anterior. -----

----- Foi dispensada a leitura da Ata da sessão anterior, uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros da Assembleia, passando de seguida à sua votação. -----

-----**Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- 1.2 – Leitura do expediente e prestação de informações e esclarecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento aos Senhores Deputados da correspondência recebida: -----

----- Ofício do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro Ministro a acusar receção do ofício da moção aprovada na Sessão de vinte e sete de dezembro, do ano transato, relativamente ao encerramento das Finanças de Santa Marta de Penaguião; -----

----- Ofício de um grupo de Professores do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião a formularem um convite à Assembleia Municipal para se associarem a um projeto de simulação de uma Assembleia Municipal que os alunos do 6.º A, no âmbito de desenvolvimento de um plano de trabalho, pretendem levar a efeito em julho; -----

----- Um ofício do Presidente da Assembleia Municipal de Mesão Frio formulando um convite à Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, para que num sábado ou num domingo à tarde se reúnam os Membros das Assembleias Municipais de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, para debate de assuntos de interesse dos três municípios; -----

----- Um e-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conhecimento do seu início de funções; -----

----- Um e-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” dando conhecimento da proposta dirigida à Assembleia da República para que recomende ao Governo que proceda, com carácter de urgência, ao restabelecimento da ligação regular de serviço público em transporte aéreo entre Lisboa-Vila Real-Bragança-Vila Real-Lisboa; -----



----- Um e-mail do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a dar conhecimento de uma pergunta dirigida ao Ministério das Finanças sobre o encerramento das Repartições de Finanças do distrito de Vila Real; -----

----- Um e-mail do Grupo Parlamentar do CDS/PP para que, através da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara informe se está a cumprir as obrigações legais para com a Assembleia Distrital. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição do público, não tendo sido apresentado qualquer requerimento à Mesa. -----

----- **1.3 – Assuntos de interesse para o Município.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição “Antes da Ordem do Dia”, para intervenção dos Senhores Deputados. Foi registada a inscrição dos Senhores Deputados do PPD/PSD: -----

----- i) Eugénio da Conceição Borges Rocha, que depois de cumprimentar os presentes, fez a seguinte comunicação: -----

----- “ *Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião --*

----- *O Partido Social Democrata – PPD/PSD de Santa Marta de Penaguião vem pelo presente, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 46.º-B, n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua versão vigente, e no artigo 47.º do Regimento, comunicar a constituição do seu Grupo Municipal nesta Assembleia Municipal, com a designação*
“Grupo Municipal do Partido Social Democrata – PPD/PSD da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião”: -----

----- **Direcção:** -----

----- *Paulo Sérgio de Sousa Prior* -----

----- *Alfredo Ribeiro Gouveia* -----

----- **Vogais:** -----

----- *Patrícia Alexandra Correia Fernandes Pereira* -----



----- Adérito Ribeiro Silvério -----

----- Jóni André Borges Madureira -----

----- Eugénio da Conceição Borges Rocha -----

----- **Presidentes de Junta de Freguesia:** -----

----- Hugo Alexandre Cunha Sequeira (Fontes) -----

----- Manuel Augusto Mesquita Pinto (Louredo e Fornelos) -----

----- Santa Marta de Penaguião, 28 de Fevereiro de 2014 -----

----- O Presidente da Comissão Política de Secção do PPD/PSD de Santa Marta de Penaguião. Assinatura: Eugénio da Conceição Borges Rocha” -----

----- ii) Manuel Augusto Mesquita Pinto, que cumprimentou os presentes e formulou um convite a todos os membros da Assembleia e Executivo Municipal para participarem no Carnaval a realizar em Paradela do Monte, informou que é uma tradição já muito antiga, naquela localidade e que pretendem preservar e que teria todo o gosto em os receber. ---

----- iii) Paulo Prior, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar os Senhores, Presidente da Mesa, Presidente da Câmara, Vereadores do Partido Socialista e do PPD/PSD e restantes colegas da Assembleia e informou que iria apresentar três propostas e alguns pedidos de informação, passando à leitura da primeira proposta. -----

----- **“Considerando que:** -----

- No próximo dia 25 de Abril se celebram os 40 anos da Revolução dos Cravos e da instauração da Liberdade e da Democracia em Portugal; -----

- A Assembleia Municipal é a assembleia representativa de todos os cidadãos penaguienses e que nela têm assento as freguesias e os órgãos do município; -----

- É nesta sede que têm lugar os eventos de maior solenidade, que a data em causa plenamente justifica; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata – (PPD/PSD) tem a honra de propor que: -----



----- A Assembleia de Santa Marta de Penaguião delibera a realização de uma sessão solene extraordinária comemorativa dos **40 anos do 25 de Abril de 1974**, a realizar no próprio dia, para a qual sejam convidados todos os presidentes das assembleias de freguesia, todos os eleitos locais do concelho e todos os munícipes e na qual seja dada a palavra a todos os partidos que se apresentaram às eleições autárquicas do passado dia 29 de Setembro. -----

----- Santa Marta de Penaguião, 28 de Fevereiro de 2014 -----

----- O Proponente -----

----- (Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião). Assinatura: Paulo Sérgio de Sousa Prior "-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a debate dos Senhores Deputados Municipais. -----

----- O Senhor Deputado José Emílio (PS) disse que, na sua opinião, não tem razão de ser porque não vai haver adesão da população a uma Assembleia Extraordinária, além de que vai ter custos extraordinários que não estão contemplados no orçamento da Assembleia. -

----- O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia e restante mesa, os colegas do Executivo, especialmente os Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, o público presente e os Senhores Membros da Assembleia. -----

----- Seguidamente proferiu que a Câmara Municipal sempre celebrou condignamente o "25 de abril", que irá desenvolver um programa e envolver a Assembleia, o que fará todo o sentido, e não serem dois Órgãos, em paralelo, a celebrar uma data tão importante que assinala e defende a democracia e o poder local. Informou que o programa será liderado pela Câmara Municipal, mas envolverá o Senhor Presidente da Assembleia e o Líder de cada uma das bancadas para participarem na elaboração e execução do mesmo. -----

----- Revelou que, nesse dia, chegará uma comitiva de quinze pessoas, ao abrigo da geminação com Larçay - França, que estão a frequentar uma turma do ensino do



Português, pelo que fará todo o sentido ser um programa global que permita dignificar essa data. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que, tal como o Senhor Presidente da Câmara informou, concordava que deveria haver uma articulação com o Executivo Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior (PPD/PSD) informou que, se legalmente for possível, os Deputados do PPD/PSD prescindiam do valor das suas senhas de presença. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Reprovada, por maioria, com 13 (treze) votos contra do Partido Socialista (PS) e dos grupos de cidadãos, Fazer Mais pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) e 8 (oito) votos a favor do Partido Social Democrata.** -----

----- Seguidamente o Senhor Deputado Paulo Prior expôs a segunda proposta: -----

----- **“Proposta** -----

----- *Considerando que:* -----

----- - *A Associação Douro Alliance é uma associação de municípios de fins específicos constituída pelos municípios de Vila Real, Peso da Régua e Lamego;* -----

----- - *A Associação Douro Alliance tem por objecto principal a gestão do processo de cooperação estratégica para o reforço dos factores de promoção do conhecimento e da inovação, da competitividade e potencial económicos e da projecção nacional e internacional da rede urbana integrada pelas cidades de Vila Real, Peso da Régua e Lamego, podendo ainda exercer quaisquer outras actividades, desde que consideradas acessórias do seu objecto principal;* -----

----- - *A Associação Douro Alliance tem desenvolvido projectos e actividades fortemente ligados à promoção da actividade económica e turística de todo o seu território, com recurso privilegiado a fontes de financiamento de fundos da União Europeia;* -----



----- - O território de Santa Marta de Penaguião constitui como que um enclave nesse território, com idênticas características sociais, culturais e económicas e idênticas necessidades promocionais; -----

----- - O município de Santa Marta de Penaguião é adjacente aos municípios fundadores de Vila Real e Peso da Régua; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata – (PPD/PSD) tem a honra de propor à Assembleia Municipal que: -----

----- **Delibere recomendar à Câmara Municipal a apresentação aos municípios fundadores da Associação Douro Alliance de um pedido de adesão a essa mesma associação de municípios de fins específicos.** -----

----- Santa Marta de Penaguião, 28 de Fevereiro de 2014 -----

----- (Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião). Assinatura: Paulo Sérgio de Sousa Prior” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à discussão dos Senhores Deputados. Não havendo quaisquer inscrições passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que considerou a proposta aceitável e comunicou à Assembleia que, embora informalmente, o Município já tinha sido convidado pelos três Presidentes de Câmara dos municípios fundadores, mas que há dificuldades ao nível estatutário. No entanto, o Município de Santa Marta de Penaguião fará parte de todos os projetos que forem desenvolvidos pela Douro Alliance, se for possível ou se houver interesse, o Município será considerado parceiro. Informou, ainda, que o Senhor Presidente da Câmara de Vila Real estava a diligenciar se é possível, ou não, o Município de Santa Marta de Penaguião fazer parte integrante daquela Associação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior leu a terceira proposta: -----

----- “ **Proposta** -----



----- Considerando que: -----

----- - Na reunião do executivo municipal do passado dia 29 de Outubro de 2013 foi apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata uma proposta no sentido de “ *recomendar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a atribuição aos mesmos, e em conjunto, de um gabinete, adequado à dignidade institucional do cargo, no edifício dos Paços do Concelho, no qual lhes seja permitido o exercício do seu mandato e, designadamente, o contacto e atendimento de munícipes, a publicitar na página da internet do município.*”; -----

----- - Sobre tal proposta recaiu a seguinte deliberação: “ *Aprovar, por unanimidade, disponibilizar logo que seja possível, um gabinete adequado à dignidade do exercício do mandato dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD- Partido Social Democrata.*” ---

----- - Passados 4 meses sobre esta deliberação não foi à mesma dada execução e cumprimento; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata – (PPD/PSD) tem a honra de propor à Assembleia Municipal que: -----

----- Delibere recomendar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 42.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proceda à atribuição aos Vereadores do PSD de um gabinete adequado à dignidade institucional do cargo, no edifício dos Paços do Concelho, no qual lhes seja permitido o exercício do seu mandato e, designadamente, o contacto e atendimento de munícipes, a publicitar na página da internet do município. -----

----- Santa Marta de Penaguião, 28 de Fevereiro de 2014 -----

----- Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião. Assinatura: Paulo Sérgio de Sousa Prior” -----

----- Sobre este ponto o Senhor Presidente da Câmara disse que logo que fosse possível, os Senhores Vereadores do PPD/PSD teriam um gabinete, pois não tem espaços físicos.

----- Confirmou que é um assunto que tem sido falado nas reuniões do Executivo e que tem sido aceite pelos Senhores Vereadores a explicação dada. Reforça que a Lei não obriga a ceder espaços físicos mas sim recursos físicos. No entanto, explicou que há serviços que vão mudar para as instalações municipais sitas na Zona Oficial vagando alguns espaços e quando isso acontecer terão a honra e o prazer de dignificar a Democracia. -----

----- DELIBERAÇÃO: Reprovada, por maioria, com 13 (treze) votos contra do Partido Socialista (PS) e dos grupos de cidadãos, Fazer Mais pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) e 8 (oito) votos a favor do Partido Social Democrata. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior pediu um esclarecimento ao Excelentíssimo Executivo e ao Senhor Presidente da Câmara sobre as alterações que têm ocorrido nos serviços, nomeadamente na transferência da telefonista, Maria do Carmo para a Biblioteca, da Helena Gomes que saiu da Secção de Obras para o Fórum de Atividades, e, ainda sobre o lugar de Jurista para desempenho de funções na Câmara Municipal e no Julgado de Paz, até há bem pouco tempo ocupado pela ilustre Dr.^a Aida Borges, observando que, ninguém, naquela Assembleia, poderá duvidar da sua competência. Proferiu que, ouviu dizer, que o concurso aberto para o desempenho dessas funções tinha sido encerrado, e que, dado à fase avançada em que o mesmo se encontrava, tudo indicava que o lugar seria ocupado pela Senhora Dr.^a Aida Borges, mas que esta não foi admitida por fortes pressões políticas sobre o Senhor Excelentíssimo Presidente da Câmara. Reforçou que, ouviu dizer, ser apenas uma decisão pessoal do Senhor Presidente da Câmara e que não teve aprovação da Senhora Vice-presidente nem do Senhor Vereador Moreira, mas se não era verdade eles estavam ali para se defenderem e exporem as suas razões. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual a razão e quais as motivações que estavam na ordem dessas transformações. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados informando que a gestão dos recursos humanos é uma competência própria do

Presidente da Câmara, o que lhe dá a liberdade e a responsabilidade de gerir como achar melhor. Informou ainda que a Senhora Maria do Carmo, há já cerca de oito anos, pedia para sair da receção, que não gostava de estar ali e foi satisfeita a sua vontade e sobre a Dr.ª Helena, corrigiu que não saiu da Secção de Obras mas sim da Educação, pedia um gabinete e teve um gabinete. Afirmou que cumpriram a lei, pois continuavam a exercer as mesmas funções, mas que há direitos e deveres que são sagrados e devem ser cumpridos por todos os funcionários. Considerou que juntaram o útil ao agradável pois foram para espaços melhores, que já desejavam há muito tempo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara continuou dizendo que quanto à jurista, à Senhora Dr.ª Aida Borges, o Senhor Deputado Paulo Prior estava equivocado. Informou que não vão admitir um jurista para o Julgado de Paz porque tiveram uma resposta de Lisboa que lhes permite assegurar o serviço com as duas administrativas e que isso, financeiramente, é muito vantajoso. Informou também que a Câmara Municipal celebrou um contrato de trabalho, a termo certo, com a Senhora Dr.ª Aida e esse contrato teve um princípio e um fim. Continuou dizendo que não deixou cair o processo, alguém o deixou cair e o atual Executivo não o levantou. Como não houve admissão em tempo útil, teriam que levar novamente o processo à Assembleia Municipal para aprovação, mas como era competência sua, entendeu não o levar e optar pela solução que melhor serve o concelho, uma vez que existe uma Avença com o Senhor Dr. Cesário Ferreira, que vem dos anos 1985/1986 e tem sido sucessivamente renovada, o que significa que ele cumpre e o município está satisfeito e serve os seus interesses. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Paulo Prior que disse que discordava e que o Senhor Presidente da Câmara teria as orientações políticas que entendesse, mas quanto ao Julgado de Paz garantiu que não seria prestado um serviço de qualidade sem um Técnico Superior Jurista. Também disse que era uma boa

notícia para os funcionários, pois o Senhor Presidente da Câmara satisfazia todos os seus desejos.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e esclareceu que a Senhora Doutora Juíza obteve anuência de Lisboa, dos serviços superiores, de que os atuais elementos da Câmara Municipal que prestam apoio ao Julgado de Paz são suficientes, ou seja cumprem estritamente os seus deveres e que não havia necessidade de um Jurista. Mais informou que a Câmara Municipal não tem responsabilidade na forma como o serviço funciona, tem apenas com a logística e com a colocação dos recursos humanos, sendo a gestão do Julgado de Paz da responsabilidade do Ministério da Justiça. -----

----- Por último, o Senhor Deputado Paulo Prior solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente da Mesa, questionando-o se foi apresentada, à Mesa, a constituição de mais algum Grupo Municipal e que na eventualidade de vir a entrar, lhes seja comunicado, por escrito, a sua designação e constituição. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou o uso da palavra para prestar o seguinte esclarecimento sobre a Rota do Vinho do Porto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia Municipal que a Rota do Vinho do Porto estava com muitas dificuldades financeiras, quase inativa nos dois últimos anos, e que o Município de Santa Marta de Penaguião foi desafiado pela Associação dos Municípios de Produtores de Vinho (AMPV) para a reativar, informando que o Presidente da Assembleia Geral é um conterrâneo, o Senhor Filipe Mergulhão. A CCDRN também está empenhada em colaborar e lá para meados do corrente ano estará a funcionar, estando a decorrer o processo da celebração da respetiva escritura da sua constituição. O Senhor Presidente da Câmara garantiu que a primeira reunião para criar a Associação de Rotas de Vinho, que vai acolher todos os municípios que sejam associados à AMPV e acolher todas as Rotas de Vinho de Portugal, será em Santa Marta demonstrando, desta



forma, que o Executivo está empenhado num grande processo e com grandes vantagens para o município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **2.1 – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)** -----

----- Aberto o período de discussão, não foi registado qualquer pedido de esclarecimento.

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que sobre a medida aprovada, por unanimidade, pelo Executivo Municipal relativamente à Zona Oficial, ela veio comprovar, em primeiro lugar, que tinham razão e depois, que também deixou cair por terra alguns argumentos que durante anos foram sempre utilizados, informando que para os vinte lotes disponíveis, havia trinta e nove candidaturas. Portanto, houve uma procura de quase duzentos por cento. Isto mostra duas coisas, primeiro, o facto da Zona Oficial estar bem localizada e, em segundo, os empresários que apresentaram candidaturas confiam em Santa Marta e confiam em quem, nesta altura, está a dirigir a Autarquia. -----

----- Prosseguiu dizendo que sobre o processo de verticalização de abastecimento de água, este está a ser muito confuso por várias razões. Primeiro porque todos os municípios não concordavam pelo facto de a tarifa subir, depois, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), veio chumbar a fusão dos subsistemas porque entende que havendo ganho fiscal, o preço deve baixar e não subir. Havia também a possibilidade das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD) não ser fundida o que quer dizer que deixa cair o processo de verticalização. Por isso, o assunto estava praticamente, outra vez, no início. Transmitiu que durante o ano iriam decorrer muitas negociações, sendo certo que, já na altura, manifestaram que só adeririam se de facto o preço baixasse. Por isso é que faria sentido, pois Santa Marta é o terceiro concelho, na região de Trás-Os-Montes e Alto Douro, com o preço mais alto para um tipo padrão de 10 metros cúbicos e, mesmo assim, iria aumentar, o que não fazia sentido e por isso as negociações se arrastam. -----



----- Mais informou que Santa Marta tem a Presidência do Conselho Fiscal da Associação Douro Histórico e da Associação Nacional de Municípios, tem ainda a Presidência, substituta, na Comissão do Comércio e ainda a Presidência da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e que, recentemente, foram convidados para representar os municípios na Reserva Ecológica Nacional da Zona Norte. Esta informação revela que o Executivo já está a trabalhar e que confiam, além de que é muito importante para o Município de Santa Marta, pois poderá ajudar a desenvolver e a potenciar o Concelho. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu conta dos vários contactos feitos para a promoção do vinho, das feiras em que já participaram em Espanha e que irão estar presentes, com sete lugares, numa feira (London Wine Faire) muito importante em Londres. Informou também que visitaram o Concelho, a Associação da Defesa do Património Cultural Imaterial que pretendem classificar como património cultural imaterial a Tuna de Carvalhais e a Romaria da Senhora do Viso. Informou ainda que já conseguiram reunir, duas vezes as Caves Santa Marta com os produtores/engarrafadores do concelho, reuniões muito produtivas, ficando até agendado reuniões mensais e sido endereçado um pedido para que a Câmara Municipal avançasse com o processo de criação de uma rota que passe pelas Caves e por todos os produtores/engarrafadores do Concelho. -----

----- Reuniram também com cerca de 23 empreiteiros do concelho, informando-os que queriam que fossem eles a realizar as obras, cumprindo todos os requisitos legais. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a parte que compete à Câmara de Santa Marta para funcionamento da Assembleia Distrital já está toda regularizada. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e deu a palavra ao Senhor Deputado Paulo Prior que formulou um pedido de informação, solicitando que a resposta fosse dada por escrito, sobre quais as obras iniciadas pelo atual Executivo, quais os seus valores, quem as executou e se a adjudicação foi de forma direta ou por concurso. -----



----- **Deliberação: Tomado conhecimento.** -----

----- **2.2** – Deliberar sobre formas de apoios pontuais às Freguesias (alínea j), n.º 1, artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- Presente a proposta de formas de apoios pontuais às Freguesias, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

----- *“Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----*

----- *“Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, em articulação com os municípios, designadamente nos domínios de equipamento rural e urbano, abastecimento público, ambiente e salubridade, desenvolvimento e ordenamento urbano e rural. -----*

----- *Para a prossecução dessas atribuições as juntas de freguesia dispõem de competências para executar, por empreitada ou administração directa, as obras que constem das opções do plano e dos documentos previsionais aprovados, promover a conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia, conservar e promover a limpeza de lavadouros, chafarizes e fontanários públicos, colocar e manter as placas toponímicas, proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais, conservar e promover a limpeza dos cemitérios sua propriedade. --*

----- *É por todos reconhecido que os recursos financeiros de que as freguesias dispõem são insuficientes para prosseguirem as suas atribuições, bem como para exercerem as competências conferidas pelo regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sendo que a sua principal fonte de receita se encontra limitada à participação nos impostos do Estado equivalente a 2% da média aritmética simples da receita do IRS, IRC e IVA, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), de acordo com o que se encontra previsto no regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----*

----- Por outro lado, as freguesias rurais do interior, onde estamos inseridos, não dispõem também na sua estrutura organizacional de meios humanos suficientes que operacionalizem a realização das diversas tarefas com que diariamente são confrontadas para que o exercício das suas competências possam ser capazmente satisfeitas. -----

----- Assim sendo, na senda do contínuo apoio que o Município tem dado às Freguesias do concelho, em reunião com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, ficou acordado apoiar financeiramente as Freguesias na contratação de pessoal, em função do número de trabalhadores e da remuneração mínima mensal, acrescida dos encargos com a Segurança Social, subsídio de refeição e seguro de acidentes de trabalho, tendo resultado os valores constantes do quadro que se segue: -----

Freguesia	N.º trabalhadores	Importância	Enc. Segurança Social e Seguro	Sub. Refeição	Total a Participar
Alvações do Corgo	1	6.790,00 €	1.721,26 €	939,40 €	9.450,66 €
Cumieira	1	6.790,00 €	1.721,26 €	939,40 €	9.450,66 €
Fontes	1	6.790,00 €	1.721,26 €	939,40 €	9.450,66 €
Medrões	1	6.790,00 €	1.721,26 €	939,40 €	9.450,66 €
Sever	1	6.790,00 €	1.721,26 €	939,40 €	9.450,66 €
União Freg. Lobrigos (S. Miguel e S. João) e Sanhoane	2	13.580,00 €	3.333,88 €	1.878,80 €	18.792,68 €
União Freguesias de Louredo e Fornelos	1	6.790,00 €	1.721,26 €	939,40 €	9.450,66 €
Soma:		54.320,00 €	13.661,41 €	7.515,20 €	75.496,61 €

----- Com o objetivo de apoiar financeiramente as freguesias ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, encontra-se inscrito no Plano de Atividades Municipal para 2013, o Projecto/acção n.º 122/2014 - 02/04.05.01.02 - Transferências para as freguesias – Participação nas despesas com ocupação anual, com a dotação orçamental global no montante de 84.000,00 €. -----

----- Para cumprimento da transferência daquelas importâncias para as Juntas de Freguesia, importa estabelecer em documento as obrigações quer do Município quer das Freguesias, pelo que, em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à consideração do Executivo Municipal: -----



----- a) A aprovação dos montantes a transferir para cada freguesia de acordo com o mapa acima referido; -----

----- b) Aprovação da minuta do contrato a celebrar entre este Município e as respetivas Freguesias, de acordo com o clausulado constante do documento anexo, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- c) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, a mesma seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na al.ª j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro”. -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 24 de fevereiro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, declarou aberto o período de inscrição para intervenção dos Senhores Deputados da Assembleia. -----

----- Pediu a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Sever, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar os presentes e dizer que a essência da Sessão Municipal era o presente ponto e o seguinte, ressaltando que não estava a dizer que os outros assuntos não o eram, mas que tinha que falar sobre eles porque são de extrema importância para as Juntas de Freguesia, ou seja, com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi alterada a forma como as participações financeiras são atribuídas às Juntas de Freguesia. Elogiou o Executivo porque está atento às dificuldades das Juntas de Freguesia e informou que o dinheiro que vem do FEF só dava para as despesas correntes. Pois só com a ajuda da Câmara Municipal conseguiam fazer obra. Acusa os membros da bancada do PPD/PSD de estarem atentos aos assuntos simplórios e que sobre este assunto nada dizem. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior respondeu que o Senhor Deputado Júlio de Almeida, como sempre, falava de uma forma extemporânea, que estavam a iniciar a discussão do



ponto e ainda não tinham tido oportunidade de se pronunciarem, mas que o fariam se assim o entendessem. -----

----- Prosseguiu dizendo que as propostas foram aprovadas, por unanimidade, no Executivo Municipal e aprovadas em reunião com os Senhores Presidentes de Junta e que estes sabem o que de melhor vai ao encontro das suas pretensões. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que esta foi a melhor forma de ajudar as Juntas de Freguesia e os municípios. Garantiu que as importâncias a transferir incluem as despesas com a remuneração (ordenado mínimo) dos trabalhadores da Junta de Freguesia, o pagamento à Segurança Social, o subsídio de alimentação e o seguro, comprometendo-se a fazer as transferências até ao dia 25 de cada mês, dizendo ainda que a medida teria efeitos retroativos a janeiro do corrente ano. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.** -----

----- **2.3** – Autorizar a celebração de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- Presente a proposta de celebração de Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

----- *“Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----*

----- *A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através de acordos de execução, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem nos órgãos das freguesias as seguintes competências elencadas no artigo 132.º do Anexo I à referida Lei: -----*

- a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- b) Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;*
- c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão;*



- d) *Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;*
- e) *Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;*
- f) *Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.*

----- Por outro lado, o artigo 133.º do Anexo à mesma Lei estabelece que tais acordos devem ser celebrados no prazo de 180 dias após a instalação das câmaras municipais e das juntas de freguesia, sendo que, no entanto, esse prazo deve ser considerado como meramente indicativo. -----

----- Sendo assim, a alínea l) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo à Lei n.º Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro atribui à Câmara Municipal a competência de, designadamente, discutir e preparar com as juntas de freguesias acordos de execução, a quem cabe, deste modo, a obrigação de iniciar o processo negocial que levará, ou não, à assinatura de tais acordos.

----- No âmbito da negociação, o n.º 2 do artigo 133.º e o n.º 2 do artigo 135.º do mesmo diploma, pretende-se assegurar a demonstração dos requisitos previstos nas alíneas do n.º 3 do artigo 115.º, ou seja, que haja o cuidado de se demonstrar que o exercício das competências das câmaras municipais pelas juntas de freguesia, previstas no artigo sob a epígrafe “Delegação legal”, que se consubstanciam na alocação de recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao seu exercício, obedeçam a critérios de não aumento de despesa, de aumento de eficiência da gestão dos recursos e de ganhos de eficácia. Devem, ainda, visar a aproximação das decisões aos cidadãos, que promovam a coesão territorial, que reforcem a solidariedade inter-geracional, que melhorem a qualidade dos serviços prestados às populações, que promovam a racionalização dos recursos disponíveis e que haja articulação entre os diversos níveis da administração pública. -----



----- Importa referir, que caso se conclua que o exercício daquelas competências pelas juntas de freguesia não cumpre tais requisitos ou parte deles, ou seja, se todos ou apenas alguns deles não se verificarem, a delegação não deve operar os seus efeitos, isto é, o acordo de execução não deve ser celebrado, sendo, neste caso, as competências previstas na delegação legal exercidas pela câmara municipal, conforme estipula o n.º 2 do artigo 134.º, que prevê o exercício das competências do artigo 132.º pela câmara municipal até à entrada em vigor do acordo de execução. No mesmo sentido vai a alínea e) do artigo 121.º que, estabelecendo o princípio da continuidade da prestação do serviço público, resolve a impossibilidade do exercício daquelas competências pelas juntas de freguesia pela não celebração do acordo de execução. O mesmo sucederá em caso da não existência de acordo com alguma das freguesias. -----

----- Salienta-se que o n.º 1 do artigo 134.º indica como período de vigência do acordo de execução a duração do mandato do órgão deliberativo do município, determinando o n.º 3 do mesmo artigo que não existe caducidade desse acordo com a mudança dos titulares dos órgãos do município e da freguesia, renovando-se após a instalação do órgão deliberativo do município. Prevê, ainda, o n.º 4 do artigo 134.º que o órgão deliberativo do município possa autorizar, a pedido da câmara municipal, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, a denúncia do acordo de execução no prazo de seis meses após a sua instalação. O acordo de execução pode, ainda, cessar por mútuo acordo dos contraentes públicos ou por resolução por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público e, neste caso, existe a obrigação dos contraentes, município e freguesia, demonstrarem a verificação dos requisitos das alíneas supracitadas do n.º 3 do artigo 115.º, de acordo com os n.ºs 5 e 6 do artigo 123.º por remissão do n.º 5 do artigo 134.º. -----

----- Ora, assim sendo, considerando ser nossa convicção de que as freguesias garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização



racional de recursos que lhe são disponibilizados e que relativamente à execução dos protocolos de delegação de competências celebrados com as Freguesias em anos anteriores se revelou francamente positiva; -----

----- Considerando que em reunião com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia realizada no dia 19 do corrente mês, ficou acordado as competências a transferir para cada Junta de Freguesia, bem como os respectivos montantes financeiros conforme Anexo I à presente proposta; -----

----- Propõe-se ao Executivo Municipal, no âmbito da competência que cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhes forem delegadas ao abrigo do disposto no artigo 132.º do mesmo anexo, a aprovação dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia deste concelho, anexos à presente proposta e da qual fazem parte integrante, bem como a aprovação dos respectivos montantes a transferir.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 24 de fevereiro de 2014. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Alfredo Gouveia, que cumprimentou os presentes e solicitou ao senhor Presidente da Câmara, apesar de saber, que fosse esclarecido, o porquê daquelas diferenças a transferir, para que, assim, ficasse registado. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a Lei n.º 75/2013, veio impor a delegação de cinco competências da Câmara Municipal nas Freguesias e que devem ser acordadas entre estas autarquias como essas transferências devem ser feitas, mas não vem dizer, que se não houver acordo, o que acontece. -----

----- Prosseguiu dizendo que como estavam previstos, no Plano e Orçamento, 110 mil euros para serem transferidos para as Freguesias e como foram confrontados que só



poderiam transferir cinco competências para as Juntas, União de Freguesias de Lobrigos (S. João e S. Miguel) e Sanhoane, Fontes e Cumieira, por estas terem espaços escolares e para as restantes apenas três, propuseram, e foi aceite pelos Senhores Presidentes de Junta, a transferência de 60 mil euros, sendo os restantes 50 mil euros para Apoios Pontuais. Disse, ainda, que tiveram que encontrar um critério, sugerido pelo Senhor Chefe da Divisão da DAFRH, Senhor Dr. António Sequeira, o da distribuição proporcional à participação das Freguesias nos impostos do Estado que constituem o Fundo de Financiamento das Freguesias (FEF). Embora considerem não ser o critério mais justo, mas que nesta altura era razoável, tendo o mesmo sido acordado entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara garantiu que as transferências iriam ser feitas de acordo com o calendário das Juntas de Freguesia e não da Câmara Municipal, tendo sempre em vista o melhor para os munícipes. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- O Senhor Vereador Luís Bastos (PPD/PSD) pediu a palavra, invocando a defesa da honra prevista no artigo 32.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

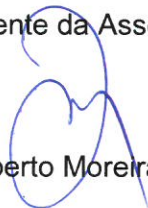
----- O Senhor Presidente da Assembleia, apesar de considerar que a honra do Senhor Vereador não foi *beliscada*, deu-lhe a palavra. O Senhor Vereador Luís Bastos disse que não tinha qualquer objetivo em criar constrangimentos, mas queria que a Assembleia soubesse que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito numa reunião, em janeiro, que em fevereiro teriam novidades sobre o gabinete onde os Senhores Vereadores do PPD/PSD poderiam receber os munícipes, mas nunca mais foi falado o assunto. Disse, ainda, que aceitava a disponibilização do espaço para quando fosse possível e que queria cumprir o que o Senhor Presidente lhes tinha desafiado, de serem um único Executivo, mas que se tratava de uma questão de respeito e dignidade institucional. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que não estava a ver em que situação tinha faltado à verdade, como sempre, mas a dificuldade em arranjar um gabinete passava,

como já havia dito, pela mudança de alguns serviços para as instalações municipais sitas na Zona Oficial, o que estava a ser complicado. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 19:40 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



José Alberto Moreira Araújo

1.ª Secretária,



Rosa Martins Cardoso